Reformas e inovações nos serviços públicos na Guiné-Bissau: estratégia para desenvolvimento do país

Roberto Paulo Joaquim

Lourenço Ocuni Cá

RESUMO

O trabalho procura discutir o problema da reforma dos serviços públicos da Guiné-Bissau como forma de superar os entraves no aparelho de Estado. Também procura debater a questão da implementação dos serviços de inovação tecnológica no setor público. Assim, para que haja a qualidade dos serviços prestados na função pública e uma possível ampliação dos resultados. A morosidade e a corrupção institucional têm um reflexo enorme na ineficácia dos serviços prestados no setor público, o que acarreta fraca produtividade no aparelho de Estado. O artigo tem como objetivo apresentar os possíveis problemas da ineficiência do serviço público guineense, assim como explicitar a forma apropriada para superá-los, organizando assim o setor público. A pesquisa trata-se de uma análise qualitativa baseada em fontes bibliográficas e documentais. A forma mais adequada e importante que precisa ter para desenvolver com mais eficiência o serviço público é a inovação tecnológica implementada pelo aparelho de Estado. Faz-se necessário melhorar os serviços públicos guineense assim como a importância da implementação dos serviços inovadores para um processo de desenvolvimento do país. Levando em consideração as suas vantagens no que concerne à prestação de serviços de qualidade, a produtividade e a redução de desvios de prioridades no serviço público.

Palavras-chave: Reformas; Inovação; Desenvolvimento; Serviço público; Guiné-Bissau.

REFORMS AND INNOVATIONS IN PUBLIC SERVICES IN GUINEA-BISSAU: STRATEGY FOR THE COUNTRY'S DEVELOPMENT

ABSTRACT

The work seeks to discuss the problem of reforming public services in Guinea-Bissau as a way of overcoming obstacles in the State apparatus. It also seeks to discuss the issue of implementing technological innovation services in the public sector. Thus, so that there is the quality of services provided in the public service and a possible expansion of results. Morosity and institutional corruption have a huge impact on the ineffectiveness of services provided in the public sector, which leads to low productivity in the State apparatus. The article aims to present the possible problems of the inefficiency of the Guinean public service, as well as to explain the appropriate way to overcome them, thus organizing the public sector. The research is a qualitative analysis based on bibliographic and documentary sources. The most appropriate and important way that it needs to develop more efficiently the public service is the technological innovation implemented by the State apparatus. It is necessary to improve Guinean public services as well as the importance of implementing innovative services for the country's development process. Taking into account its advantages regarding the provision of quality services, productivity and the reduction of deviations from priorities in the public service.

Keywords: Reforms; Innovation; Development; Public Service; Guinea-Bissau.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os problemas da ineficiência do serviço público guineense, assim como explicitar a forma mais adequada para superá-los, como forma de organização do setor público. Sabe-se que o setor público deve atender ao máximo possível, a necessidade da maioria da população. Para isso, deve haver a presença da tecnologia nos serviços públicos para maximizar os resultados a serem obtidos e tornar os trabalhos mais eficientes. Conforme fundamenta Matos (2020), a inovação como princípio, prestará como emblema de uma fase recém adquirida do Estado (...). Para o autor, a inovação é considerada como uma ferramenta adequada para reformar a administração pública, procurando atualizar a forma de prestação dos serviços na esfera pública. Será que há uma necessidade imensa de melhorar o modelo tradicional de prestação dos serviços públicos que está sendo usado na Guiné-Bissau, uma vez que se

verifica as longas filas, nas instituições presenciais, excesso da burocracia, lentidão na prestação dos serviços entre outros aspectos que motivam a menor produtividade da função pública da Guiné-Bissau? Na maioria dos casos, entende-se que o país ainda carece dos serviços tecnológicos, o que torna o aparelho do Estado guineense menos produtivo e mais burocrático. É pertinente fundamentar que o trabalho está dividido em duas partes: a primeira aborda a questão da reforma nos serviços públicos e a segunda discute-se o assunto da inovação como uma ferramenta fundamental para a estratégia de desenvolvimento do país.

Reformar os Serviços Públicos

Historicamente tem sido verificado ao longo dos anos na Guiné-Bissau, a falta de prestação de serviços de qualidade no setor público, dado a forma tradicional (antiga) de prestação dos serviços públicos, não consegue dar uma resposta rápida e eficaz para a sociedade em face aos problemas ligado à função pública guineense. Conforme fundamenta Leal (2018) muitos anos de conflito e instabilidade diminuíram vigorosamente a qualidade da administração de prestar serviços de forma eficiente aos seus usuários. Ainda se fundamenta que a reforma e modernização da administração pretenderam, de outra forma, tornar eficaz a administração pública por meio de comando planejado e orientação qualificada das políticas públicas voltadas à resolução dos problemas da sociedade. “Numa visão otimista, esse processo busca novas formas de assegurar a *res publica*, isto é, o uso do Estado para promover o interesse público. (...) Nessa perspectiva, essa onda generalizada de reformas contemporâneas toma características de uma “revolução global” (ALMEIDA, 1999, p. 264). Ainda segundo o autor, por trás da referida história da reforma do Estado, está a novidade de gerencialismo que de certa forma visa reformular o aparelho do Estado. Defendendo que as estruturas das burocracias hierárquicas do modelo antigo, com seus sistemas regimentais e solidez ligados, são danosas às predileções públicas, improdutivas e inefetivas. Por outro lado, é muito pertinente fundamentar que,

A estratégia de reforma será elaborada com base em três programas: i. controle estratégico e acompanhamento das políticas públicas; ii. Reforma e fortalecimento das capacidades de administração; e iii. Implementação de três grandes registros do Estados. (LEAL, 2018, p. 42).

Entre os programas do plano estratégico e operacional 2015-2020 “terra ranka”, destacam-se seis (6) programas de reforma administrativa do governo explícito no documento do relatório final: 1º) programa de planos de operacionalização – controle estratégico e acompanhamento de políticas públicas; 2º) programa da reorganização e reforço das capacidades de administração fiscal; 3º) , produzir os três grandes registros do Estado; 4º), reformar as forças de defesa e de segurança; 5º), programa de promoção da reconciliação e do diálogo nacional e 6º) , programa da reforma da justiça 2015-2019. No entanto, entende-se que todos os setores do Estado precisam de ser inovados ou reestruturados para que haja a melhor produtividade na função pública. Com base nos programas de reforma administrativa listados, entende-se que a maioria dos problemas da função pública da Guiné-Bissau estão diretamente ligados à questão da reforma administrativa do país.

Para isso, o governo guineense deve enfrentar o desafio de reformar os serviços públicos, uma vez que o desenvolvimento que o país almeja, depende muito da nova configuração do aparelho de Estado. Para Campo (1996), a reforma do serviço público na maioria das vezes, depara com exuberância por ser vista apenas como mecanismo de comedimento das despesas feitas pelo governo, ocasionando cortes de pessoal e salários. Ainda, o autor defende que o verdadeiro objetivo da reforma é a inovação de uma possível ascendência qualificada e eficiente na administração pública. Posto isto, assegura que;

O objetivo mais amplo da reforma do serviço público é, portanto, a criação de uma força de trabalho com o tamanho, as qualificações, os incentivos, os etos e a responsabilidade necessários à prestação de serviços públicos de qualidade e ao desempenho das funções atribuídas ao Estado. (CAMPO, 1996, p. 10).

Entende-se que o possível saneamento de ineficiência dos serviços públicos, sobretudo os da saúde, educação, identificação civil, previdência social, entre outros, dependem suficientemente da reforma do serviço público, ou seja, a reforma neste contexto servirá de reforço das instituições públicas para poder melhorar o desenvolvimento dos trabalhos ou torná-los mais qualificados. No que diz respeito às outras medidas da reforma que deverão ser tomadas em consideração, segundo Campo (1996) são as medidas estruturais e as medidas diagnósticas.

As medidas estruturais englobam a estrutura salarial, em especial para restaurar a competitividade nos níveis mais elevados; o aumento da transparência e da equidade do regulamento do serviço público e atribuição de um peso maior ao

mérito; o aumento da mobilidade interna; o fortalecimento da capacidade de gestão do pessoal; a oferta de treinamento; e o aumento da responsabilização em relação ao público. As medidas de diagnóstico incluem censos do serviço público, revisões funcionais dos ministérios, levantamentos dos usuários, coleta de dados e preparação de compêndios dos regulamentos (CAMPO, 1996, p. 13).

O assunto em questão deve ser tomado em conta como uma forma de superar a intransigência burocrática que se verifica no aparelho do Estado do país. Uma coisa que se pode fazer em minutos, dura mais de uma hora ou leva dias sem que haja feita, tendo em conta a enorme morosidade do modelo de serviço que se usa. Conforme fundamentos do Machado(2018), o problema da lentidão da Administração Pública constitui um entrave ao procedimento de desenvolvimento do País. Portanto, entende-se que para reduzir a morosidade no setor público guineense, convém fazer a reforma nos serviços públicos para poder proporcionar um atendimento qualificado e rápido à população da Guiné-Bissau.

“No final da década de 1960, Portugal iniciou um processo de Reforma da Administração Pública que pretendia adequar as estruturas do Estado às novas lógicas do período e aos desafios por ele lançados”. (AZEVEDO, 2019, p.1). Com base nos pressupostos explicitados por autor, e como é de conhecimento da maioria, que foram os portugueses que colonizaram a Guiné-Bissau sendo assim, se o Portugal, autor do modelo administrativo tradicional que se usa na função pública guineense iniciou o processo de Reforma da Administração Pública no final da década de 1960 para poder enquadrar na mesma senda em que o mundo se encontra, faz todo sentido a Guiné-Bissau deixar por trás o modelo tradicional administrativo herdado pelos portugueses por motivo de não ser eficiente e efetiva ao setor público guineense.

Inovação como Estratégia de Desenvolvimento do País

De acordo com Queiroz (2010) significativas intervenções no setor público ocorrem por meio das chamadas reformas ou modernizações administrativas. Assim sendo, entende-se que há uma necessidade de a administração pública guineense inovar o seu modelo tradicional (antigo) que se usa no país para prestar o serviço público aos cidadãos, inserindo uma modernização nos serviços públicos guineenses. (...)” inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método

organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (BRANDÃO e FARIA, 2013, p. 329).

A eficiência do setor público de um país e uma prestação de serviços públicos de boa qualidade são vitais para alcançar operações mais transparentes, podendo resultar em maior satisfação dos usuários com os serviços oferecidos e em maior nível de confiança no setor público (VIGODA-GADOT e COLABORADORES 2008 *apud* BRANDÃO e FARIA, 2013, p. 228).

Ainda os autores fundamentam que com base nestes pressupostos é que a inovação vem ganhando *força e espaço* como ferramenta adequada para tornar os trabalhos mais qualificados e eficazes.

Nota-se que desde o início da história da Guiné-Bissau até a presente data, o país carece dos serviços tecnológicos no aparelho do Estado. O mesmo problema se verifica quase em todo período de tempo após a sua independência. Aliás, o país depara com muitos problemas crônicos quase em todos seus setores.

Os desafios relacionados ao setor público são muitos. Dependendo da esfera e do objetivo do órgão em análise, as necessidades mudam. O combate à desigualdade, o excesso de burocracia, serviços ineficientes (em qualidade ou quantidade), o combate à corrupção ou mesmo a mudança das expectativas dos cidadãos quanto aos serviços prestados pressionam os governantes. O desafio existe quanto a políticas públicas referentes ao meio ambiente, criminalidade e desigualdade social (SCHERER, 2014, p. 4).

O Estado deve criar a possibilidade de uma governação eletrônica no setor público com foco em tornar o atendimento ao cidadão mais eficiente, ágil e melhorar a comunicação entre as partes interessadas, enfim tornar o funcionamento dos serviços públicos satisfatório e produtivo, dado o seu fundamental papel neste contexto. Antes disso acontecer, deve haver grande investimento na internet e a energia por parte do Estado. É de grande importância fundamental que,

Informação eletrônica: permite a participação ao disponibilizar informações públicas e acesso à informação aos cidadãos, sob procura ou não; consultas eletrônicas: participação dos cidadãos para que contribuam e deliberam sobre políticas e serviços públicos e tomadas de decisão eletrônicas: empoderar os cidadãos por meio da cocriação de políticas públicas e na coprodução de componentes dos serviços e das modalidades de prestação de serviços” (ONU, 2018, p. 221).

Com base nos fundamentos da Organização das Nações Unidas percebe-se que a maior parte deste problema, depende suficientemente da falta da internet e energia estável, ou seja, não há como transformar este sonho em uma realidade se não houver a

intervenção do governo eletrônico sendo a forma adequada para solucionar os problemas públicos. Nota-se que o caso da Inovação Tecnológica e demais outros casos, tornaram o país menos produtivo e inapto em termo de resolução de pequenos problemas da população, ou seja, do Estado. A fragilidade que se verifica no aparelho de Estado guineense compreende-se que tem origem na,

(...) falta de instrumentos Normativos, falta de Tecnologias de Informação, dimensão econômica e instabilidade política. (...) os controles estão contingenciados pelas variáveis da política do governo central, pela tecnologia da informação e comunicação e pelo porte da organização. (DA SILVA, LIBONATI e SOEIRO, 2017, p. 3).

O Estado da Guiné-Bissau precisa procurar a parceria com outros países para adotar os modelos das inovações para melhorar o funcionamento dos serviços públicos, o que permitirá com que a população utilize de modo pleno o serviço público. Isso porque com grandes investimentos na tecnologia e nos profissionais deixará o país produtivo, e tornará acessibilidade aos documentos mais fácil ou menos burocráticos como acontece na República Federativa do Brasil. Pelo visto, muitos documentos estão nos sites e sob controle da Polícia Federal de cada Estado, o que reduz a aglomeração das pessoas nas instituições físicas.

Imagine que se precisar fazer um documento de identidade na Guiné-Bissau, precisa-se ir até ao Ministério da Justiça para fazer o mesmo, e se quiser autenticar ou reconhecer assinatura de algum documento, tem que ser no mesmo local; mesmo estando em Bissau ou no interior.

Estes serviços precisam de ser melhorados assim para poder dar cobertura a demanda, ou seja, a necessidade da maioria da população. Para acabar com tudo isso, precisa-se inserir no aparelho de Estado o modelo dos serviços públicos tecnológicos para facilitar a população através do processo de desenvolvimento dos trabalhos que estão sendo levado a cabo, reduzindo a burocracia e resolvendo os problemas que afetam a população. De acordo com a agência Lusa (2017), o ministro da função pública guineense, Tumane Balde, numa entrevista, alega que o mundo se encontra nesta trilha e Guiné-Bissau não deve ficar afastada da conjuntura.

A vantagem de implementação da tecnologia no serviço público guineense pode reduzir o índice da corrupção no aparelho de Estado, assim como a aglomeração das pessoas que pretendem fazer documentos num só espaço e gerar grandes impactos

positivos. Ainda é de salientar que esta inovação mudará o funcionamento dos serviços, tornará os documentos mais fáceis de se conseguir, ou seja, atenderá ao máximo possível a necessidade da população. Assim, os resultados dos serviços tecnológicos, serão mais fáceis e rápidos de alcançar a eficiência.

Muitos têm afirmado que a inovação pode contribuir não só para o crescimento econômico, a transformação industrial e a vantagem competitiva, mas também para melhorar a qualidade e eficiência do serviço público ao aumentar a capacidade governamental em resolver problemas (CAVALCANTE *et al.* 2017, p. 119).

Ainda por toda Guiné-Bissau se verificam grandes problemas nos serviços públicos, como se pode notar ao longo deste trabalho. Todos os setores do Estado têm problemas, mas os setores de educação e saúde apresentam mais índices destes problemas e que o Estado precisa melhorá-los o mais rápido possível, porque o país em si precisa enquadrar na mesma senda na qual estão outros países do mundo. Segundo a fonte do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz em Guiné-Bissau, Uniogbis (2015), afirma que em Guiné-Bissau, é habitual escutarmos reivindicações a respeito de atendimento nos hospitais ou em algum outro órgão público. Filas compridas, exagero da burocracia e a qualidade ruim dos serviços oferecidos têm dificultado um número relevante da população de utilizar absolutamente o serviço público. Ainda no país é possível encontrar filas enormes no período da matrícula ou na hora de saber dos resultados escolares dos alunos, isto é, no final de cada ano letivo escolar. O problema tem a ver com a forma como a política pública da educação funciona.

As matrículas se fazem nas escolas de uma forma presencial, e as notas ou resultados dos alunos são conhecidos da mesma forma, o que cria muita aglomeração e a demora no funcionamento. Posto isto, o Ministério da Educação Nacional precisa-se melhorar o funcionamento inserindo o modelo tecnológico de sistema virtual denominado, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) que já se usa em outros países. Apesar que, em alguns países o sistema virtual que se refere possui outros nomes. Por exemplo, no Brasil é denominado de Sigaa, o mesmo que permite a informatização dos procedimentos da área acadêmica. A partir do sistema é possível fazer as matrículas, receber as informações dos professores assim como da instituição, ter acesso aos conteúdos disponibilizados, fazer e postar as avaliações ou tarefas, conhecer os resultados, entre outros serviços que o sistema disponibiliza.

Em Cabo Verde é chamado de Dossiê do aluno, o modelo é usado com o mesmo propósito, pois compreende-se que este sistema é uma utilização que possibilita a viabilização de leque das informações da escola para os alunos, pais ou responsáveis de educação. Pelo visto, estes conseguem entender ou acompanhar o nível de progresso dos seus estudantes a partir da referida utilização.

Em Portugal, nota-se que cada escola ou universidade dá o nome que quiser ao sistema que se refere, para a Universidade de Lisboa (ULisboa) o sistema é moodle, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) o sistema é fénix, o Instituto Politécnico de Bragança o sistema é intitulado IPB. Virtual assim por diante. Mas, o sistema virtual que suporta os assuntos académicos em Portugal, destaca-se o sistema IPB virtual do Instituto Politécnico de Bragança. O IPB. Virtual do Instituto Politécnico de Bragança (Portugal),

(...) é um ambiente virtual de aprendizagem que permite suportar tanto o ensino misto (presencial e online) como o ensino online. Disponibiliza um conjunto de ferramentas colaborativas e de publicação de conteúdos que permite ser usado em diversas abordagens pedagógicas. (IPB.VIRTUAL, 2020, p. 2).

Portanto, nota-se que o sistema de ensino virtual do Instituto Politécnico de Bragança (Portugal) consegue ofertar alguns serviços respondendo às necessidades dos alunos assim como dos professores nomeadamente: matrícula *online*, possível acompanhamento dos conteúdos *online*, a recarga de cartão de crédito escolar para refeições em cantina escolar entre outros serviços que o público alvo dos serviços consegue desfrutar.

O modelo inovador que se refere, a Guiné-Bissau deve adotá-lo para inovar os serviços públicos do país. Assim sendo, vai haver a redução de tanto esforço por parte dos alunos guineenses no que tange ao deslocamento, isto é sair de casa para ir fazer as matrículas nas escolas e de voltarem as mesmas localidades para conhecer os resultados, diminuir enorme burocracia, assim como a corrupção (cobranças ilícitas, isto é, a venda das notas por parte dos professores). Uniogbis (2015) fundamenta que o coordenador da Unidade de Coordenação da Reforma e Inovação da reforma administrativa do Ministério da Função Pública de Guiné-Bissau, José Braima Dafé, considera que é impossível pensar no progresso do país sem que haja uma boa administração. Ainda defende que, boa administração significa boa liderança. Para isso, tem que existir bons profissionais, profissionais com mentalidade aprontada, profissionais com elevada essência de

comprometimento de Estado, pois, um país sem uma administração firme é dominado pela corrupção.

O setor de saúde guineense necessita de melhorar o seu funcionamento inovando as políticas públicas voltadas à saúde da população guineense como acontece em alguns países. A implementação da inovação tecnológica no serviço de saúde, pode gerar grandes impactos positivos na medida em que vai organizar o trabalho no seu todo e garantir uma qualidade enorme de prestação dos serviços de saúde pública.

Segundo Morsch (2019), a inovação na área da saúde é uma esfera em crescimento, com perspectiva muito promissora. Isso já que, tecnologias de hoje e futuras são capazes de ser usadas no cotidiano de clínicas, consultórios e hospitais, aperfeiçoando a qualidade das cautelas ao doente. Nota-se que ainda no país, se verifica grandes problemas na área de saúde pública entre eles destacam-se, o acompanhamento de tratamento dos pacientes que também podia ser *online* para reduzir tanto esforço por parte do paciente quanto por técnico de saúde, os registros de dados dos pacientes manuscritos e engavetados, que podiam ser lançados no sistema da saúde pública do país para melhor controlo e a organização do trabalho. Até então, nota-se que (...) “os hospitais regionais são considerados estruturas cruciais na nova abordagem dos cuidados” (MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA, VERSÃO 2008, p.97). Portanto, compreende-se que “O uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pode ser um forte aliada no processo de educação em saúde(...)” (DABÓ¹, *et al*, 2020, p. 2). Sendo assim, entende-se que o Estado da Guiné-Bissau deve arranjar alternativas para modernizar o atendimento à necessidade da população no que concerne a questão de saúde pública.

Procurar fazer umas cooperações com os países ou Estados que já inovaram o sistema de saúde pública para adotar a nova forma de trabalho. Entre eles, destaca-se o Brasil com a sua política pública de saúde denominada, sistema único de saúde (SUS). “O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o único a garantir assistência integral e completamente gratuita para a totalidade da população (...)” (SOUZA, 2002, p. 16). É de salientar que dentro do SUS há uma enorme ramificação dos sistemas de saúde. Isto é, sistema de informações de saúde (SIS), sistema de informações pré-natal (SISPRENATAL), UNA-SUS, DATASUS e demais outros sistemas assim para tentar implementá-los no sistema de saúde guineense. Porque de forma que as coisas

acontecem no setor de saúde e demais outros setores guineenses, até parece que o país ainda não tem Estado para dar cobertura aos problemas públicos guineenses.

É de suma importância com base no que foi discutido, responder à questão levantada na parte introdutória do trabalho; pois, compreende-se que sim, há uma necessidade enorme de melhorar ou trocar o modelo tradicional que se usa para prestação dos serviços públicos na Guiné-Bissau, para poder de certa forma atingir a maior parte ou toda a população do país, reduzir as longas filas, nas instituições presenciais, excesso da burocracia, lentidão na prestação dos serviços entre outros aspectos que motivam a menor produtividade na função pública da Guiné-Bissau. Pois, nota-se que a superação a lentidão na prestação dos serviços públicos, a redução da corrupção entre outras formas que na maioria dos casos compreende-se que impossibilitam o modelo tradicional (antigo) a alcançar a eficácia através da oferta dos serviços públicos guineense permitirá o sucesso da nova configuração a ser implementada no aparelho público guineense.

Metodologia

A pesquisa trata-se de uma análise qualitativa baseada na revisão de literatura, e investigação documental. Pois, para realização da pesquisa foram usadas algumas falas das entrevistas nos documentos publicados e consultas dos artigos e livros científicos.

Os documentos utilizados por uma pesquisa documental não passaram por nenhum tratamento científico, por isso a análise deve ser mais cuidadosa se for comparar com a pesquisa bibliográfica em que seus documentos já receberam algum tratamento científico, como artigos, livros, dicionários (GARCIA *et al.*, 2016, p. 46 *apud* SÁ-SILVA *et al.*, 2009).

Com base nos argumentos dos autores sobre os conceitos: documental e bibliográfica, percebe-se que todos os documentos que não receberam tratamentos científicos são de caráter documental e os que já tiveram pertencem a uma revisão de literatura. “Na elaboração da pesquisa a metodologia representa um dos aspectos fundamentais na produção do conhecimento científico” (MASIERO, ALVES e DE OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Resultados

Identificar a necessidade de melhoria dos serviços públicos assim como a vantagem da implementação dos serviços inovadores para um processo de

desenvolvimento do país. (...) Inovação pode apoiar o alcance de melhores resultados por meio de novas maneiras de resolver problemas (BRANDÃO e FARIA, 2013, p. 227). Também, é necessário levar em consideração as suas vantagens no que diz respeito à prestação dos serviços de qualidade, grande índice de produtividade a ser alcançado, “A inovação pode ser definida como o processo de geração e implementação de novas ideias com vistas à criação de valor para a sociedade, com foco interno ou externo à administração pública” (CAVALCANTE *et al* 2017, p. 15, *apud* COMISSÃO EUROPEIA, 2013). Por outro lado, percebe-se que há absentismo dos serviços tecnológicos no aparelho do Estado do país, o mesmo, têm um reflexo no excesso da burocracia e na falta de qualidade nos serviços públicos guineenses.

Conclusões

Observa-se que, a lentidão nos trabalhos e a ineficiência nos resultados dependem suficientemente da reforma dos serviços públicos, tendo em conta a falta do reforço das instituições públicas para poder melhorar o desenvolvimento dos trabalhos administrativos. Também, se verifica uma necessidade imensa de inserção dos serviços tecnológicos no aparelho de Estado como uma forma de ampliar o acesso aos serviços públicos, assim sendo, ajudará na melhoria dos atendimentos dos serviços públicos. Porque entende-se que o motor mais adequado é importante que precisa ter para desenvolver com mais eficiência o serviço público é a inovação tecnológica inserida no aparelho de Estado guineense.

Referências

ALMEIDA, Célia Maria de. Reforma do Estado e reforma de sistemas de saúde: experiências internacionais e tendências de mudança. **Ciência & saúde coletiva**, v. 4, p. 263-286, 1999.

AZEVEDO ¹, Ana Carina. *Reforming public administration in the post-war world: designing a national project following global guidelines?* (1950-1970). **Rev. Adm. Pública**. v. 53, n. 5, Rio de Janeiro, set./dez. 2019.

BRANDÃO S. Monteiro; FARIA, M. F. Bruno. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Rev. Adm. Pública**. v. 47, n. 1, Rio de Janeiro, jan. /Fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O sistema público de saúde brasileiro**. 2002.

CAVALCANTE, Pedro *et al.* (Orgs.) **Inovação no setor público, teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap: Ipea, 2017. 266 p.

CAMPO, Salvatore Schiavo. A reforma do serviço público. **Rev. FGV SB**. v. 16, n. 3, 1996.

DA SILVA, Clariovaldo Enias Tavares; LIBONATI, Jeronymo José; SOEIRO, Tiago de Moura. Controle Interno no Setor Público: o Caso da Administração Pública da Guiné-Bissau. XI Congresso ANPCONT. 2017. Disponível em: <http://anpcont.org.br/pdf/2017/CPT1051.pdf>. Acesso em: 2017.

ABÓ, Sabado Gomes; BRANDÃO, Maria Girlane Sousa Albuquerque; ARAÚJO, Thiago Moura de; FROTA, Natasha Marques; VERAS, Vívian Saraiva. Tecnologias digitais na prevenção de pé diabético: uma revisão sobre aplicativos móveis. **Estima, Brazilian Journal Of Enterostomal Therapy**, [S.L.], v. 18, n. 1420, p. 1-9, 17 jul. 2020. SOBEST Associação Brasileira de Estomaterapia. http://dx.doi.org/10.30886/estima.v18.870_pt.

GARCIA, M. O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. F. R. Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016.

MACHADO, Gabriela Assumpção Pinheiro. **A morosidade da Administração Pública no Reconhecimento do Direito à Proteção Patentária: Uma Análise Constitucional**. 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucpr.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=37715@1>. Acesso em: 26/05/2021.

MASIERO, Gilmar; ALVES, Pedro Paulo Mendes; OLIVEIRA, Viviane Renata Franco de. 2013. Enepq. **Metodologia na área de Administração de Empresas: análise e aplicação nas teses da FEA-USP e EAESP-FGV**. In: IV encontro de pesquisa em administração e contabilidade. Brasília/DF, 2013.

MATOS, Gabriel Visoto **De Inovação como princípio da administração pública na reforma administrativa**. Jota. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/inoa-e-acao/a-inovacao-como-principio-da-administracao-publica-na-reforma-administrativa-13102020>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MORSCH, José Aldair. **Inovação na área da saúde: 9 novas tecnologias e tendências**. 2019. Disponível em: <https://telemedicinamorsch.com.br/blog/inovacao-na-area-da-saude>. Acesso em: 29 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estudo sobre governo eletrônico da organização das nações unidas 2018**: orientar o governo eletrônico para apoiar a transformação rumo a sociedades sustentáveis e resilientes. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/publications/content/PDFs/UN%20E-Government%20Survey%202018%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PORTUGAL. Instituto Politécnica de Bragança. **Ferramentas de suporte ao ensino online.** 2020. Disponível em: <https://cloud.ipb.pt/d/5e53cbc5727447249670/files/?p=%2FIPB.Virtual%2F1.%20IPB.Virtual%20no%20ensino%20online.pdf>. Acesso em 28/05/2021.

QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. **Rev. Adm. Pública**, v.44, n. 3, Rio de Janeiro, mai/jun. 2010.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, **Serviços Públicos na Guiné-Bissau.** Uniogbs. 2015. Disponível em: <https://uniogbis.unmissions.org/pt/servi%C3%A7os-p%C3%BAblicos-na-guin%C3%A9-bissau>. Acesso em: 27 out. 2020.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Guiné-Bissau prepara reforma tecnológica do setor público.** Lusa, 2017. Disponível em <https://www.dn.pt/lusa/guine-bissau-prepara-reforma-tecnologica-do-setor-publico-8946631.html>. Acesso em 25 out.2020.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Saúde Pública. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário II Saúde.** Versão 2008, Bissau,2008-2017.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” Documento II:** relatório final. Bissau, 2015.

SCHERER, Felipe Ost. **Gestão da Inovação no Setor Público.** 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Nancy%20da%20Costa/Desktop/Resumos/inova%C3%A7ao/inovacao_do_setor_publico.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

Roberto Paulo Joaquim

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Graduando em Administração Pública Presencial.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6086-874X>

Email: robertopaulojoaquim@gmail.com

Lourenço Ocuni Cá

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9080-0452>

Email: ocuni@unilab.edu.br

Artigo recebido em 01/09/2021 e aceito em 30/04/2022